



Colombia Internacional

ISSN: 0121-5612

Departamento de Ciencia Política y Centro de Estudios Internacionales. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de los Andes

Carlomagno, Márcio; Codato, Adriano

Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira*

Colombia Internacional, núm. 95, 2018, Julho-Setembro, pp. 79-107

Departamento de Ciencia Política y Centro de Estudios Internacionales.
Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de los Andes

DOI: <https://doi.org/10.7440/colombaint95.2018.04>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81256886004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira

Márcio Carlomagno
Adriano Codato
Universidade Federal do Paraná (Brasil)

CÓMO CITAR:

Carlomagno, Márcio y Adriano Codato. 2018. "Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira". *Colombia Internacional* (95): 79-107. <https://doi.org/10.7440/colombiaint95.2018.04>

RECEBIDO: 15 de janeiro de 2018

APROVADO: 30 de março de 2018

REVISADO: 2 de maio de 2018

<https://doi.org/10.7440/colombiaint95.2018.04>

RESUMO: O artigo parte da proposição de Robert Dahl de que em poliarquias as desigualdades tenderiam a ser não cumulativas entre os diversos grupos sociais; investigamos se essa hipótese se aplica às candidaturas a deputado estadual no Brasil. O corpus de análise é composto por 38.278 candidaturas, nas 27 unidades federativas, no período entre 2002 e 2014, o qual contempla quatro eleições. Como variável dependente, utilizamos a arrecadação de recursos financeiros de campanha e testamos, como variável explicativa, duas clivagens sociais: ocupação profissional, categorizada em um modelo de disposição à política, e sexo dos candidatos. Testes de diferenças de médias e um modelo de regressão revelam que a posição social (profissão) é o maior preditor de receitas de campanha. Entre 2002 e 2010, as desigualdades de gênero podem ser explicadas através do indicador de classe social. Em 2014, contudo, tais desigualdades se tornaram mais acentuadas.

PALAVRAS-CHAVE: *Thesaurus*: eleições; financiamento eleitoral; mulheres. *Autores*: profissionalização política; ocupação profissional; Robert Dahl.

— · —

Este artigo é parte dos resultados da pesquisa "Regimes políticos, hierarquias sociais e profissionalização política dos congressistas brasileiros", financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo: 309528/2017-8. Márcio Carlomagno é bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de doutorado (Bolsa Capes n.º 40001016061P2).

Profession, Sex and Money: a Measurement of the Accumulation of Inequalities in Electoral Competition in Brazil

ABSTRACT: This article is based on Robert Dahl's argument that inequalities among different social groups in polyarchies tend to be non-cumulative. We investigate the question of whether this hypothesis applies to candidates for the post of State congressman in Brazil. The corpus of the study consists of 38, 278 candidates in 27 federal government units between 2002 and 2004, which covers four elections. As a dependent variable, we examine the amounts of campaign funds that were raised, and, as an explanatory variable, show that two social divisions were at work: the profession or occupation of the candidates, categorized by a model of willingness to enter politics, and the sex of the candidates. Average difference tests and a regression model show that social position (profession) is the biggest predictor of the political campaign recipe. However, between 2002 and 2010, those inequalities became more pronounced.

KEYWORDS: *Thesaurus:* elections; professional occupation; women. *Authors:* electoral finance; professionalization of politics; Robert Dahl.

Profesión, sexo y dinero: mensuración de la acumulación de desigualdades en la competencia electoral brasileña

RESUMEN: El artículo parte del planteamiento de Robert Dahl de que en poliarquías las desigualdades tenderían a ser no cumulativas entre los diversos grupos sociales; investigamos si esta hipótesis se aplica a las candidaturas a diputado estadual en Brasil. El corpus de análisis está conformado por 38.278 candidaturas, en las 27 unidades federativas, en el periodo entre el 2002 y el 2014, que contempla cuatro elecciones. Como variable dependiente, utilizamos el recaudo de recursos financieros de campañas y probamos, como variable explicativa, dos divisiones sociales: ocupación profesional, categorizada en un modelo de disposición a la política, y sexo de los candidatos. Pruebas de diferencias de promedios y un modelo de regresión evidencian que la posición social (profesión) es el predictor más grande de recetas de campaña. Entre el 2002 y el 2010, sin embargo, tales desigualdades se volvieron más acentuadas.

PALABRAS CLAVE: *Thesaurus:* elecciones; ocupación profesional; financiación electoral; mujeres. *Autores:* profesionalización política; Robert Dahl.

Introdução

Em uma sociedade pluralista e em um regime poliárquico, sob quais condições candidatos(as) a postos na política eleitoral concorrem aos cargos de representação? Assim posta, a questão é muito ampla. Precisamos, portanto, especificá-la. É desejável, em uma sociedade variada e em uma política democrática, que o ponto de partida de competições eleitorais seja próximo do igualitário. Ao concorrer eleitoralmente, candidatos mobilizam uma série de recursos —econômicos, políticos, simbólicos— para tentar distinguir-se dos demais. Embora não seja esperado que a distribuição desses recursos seja exatamente igual para todos os grupos sociais, também é pressuposto da teoria pluralista que as desigualdades não devem ser cumulativas. Isto é, elas devem estar distribuídas entre os grupos, ao invés de concentrar-se apenas em um ou alguns. Portanto, podemos perguntar, de forma mais específica: as condições de acesso aos recursos políticos que tornam candidatos(as) competitivos(as) durante eleições estão distribuídas de forma desconcentrada entre distintos grupos sociais? Em termos mais diretos: qual o grau de concentração de recursos eleitorais numa poliarquia específica?

Este artigo visa responder a essa pergunta. Estudosos de ciência política reiteradamente têm encontrado que o principal fator para ser eleito no Brasil —sobretudo em eleições para o legislativo— é a grande capacidade de mobilização de recursos financeiros pelos candidatos. Isto é, o volume de dinheiro investido na campanha eleitoral. O acesso a uma rede de doadores é fator decisivo para uma arrecadação bem-sucedida. Esta será nossa variável dependente. A pergunta de pesquisa, portanto, torna-se: os recursos de campanha estão concentrados em apenas alguns grupos identificáveis ou, ao contrário, dispersos entre um conjunto mais amplo no universo de candidatos? Para verificar isso, iremos mobilizar duas variáveis explicativas: a) profissão e b) sexo do(a) candidato(a). Esta é uma forma de avaliar, empiricamente, se, como e em que intensidade atributos sociais interferem na política institucional.

Análises sobre eleições brasileiras lidam quase sempre com variáveis explicativas de tipo institucional, tais como lugar na lista a partir da votação na eleição anterior, ser ou não mandatário, pertencimento à base aliada ao governo, magnitude do distrito eleitoral, tamanho e ideologia do partido político, etc. Em sua extensa sistematização da literatura, Mancuso (2015) não relaciona pesquisas que utilizem um modelo de sociologia política análogo ao que será testado aqui.

Para tratar da concentração social de recursos eleitorais, iremos responder a três questões específicas. Primeira: existe concentração de receitas em determinados grupos sociais, grupos esses identificados segundo as ocupações profissionais dos(as) candidatos(as)? Nossa hipótese é que sim, visto que o

profissionalismo político não consegue apagar essas diferenças em sociedades estruturalmente desiguais. Segunda questão: há um direcionamento das receitas de campanha que discrimina os postulantes por sexo? Nossa hipótese, baseada na literatura sobre o Brasil, é que sim. Dados da Inter-Parliamentary Union de dezembro de 2017 registravam que o Brasil ocupava o 151.^º lugar numa relação de 187 países, com uma representação de mulheres no Parlamento nacional de apenas 10,7% (55 entre 513 deputadas federais). Comparativamente, a média mundial para as Câmaras Baixas é de 23,6%. Terceira questão: desses dois fatores explicativos (profissão e sexo), há algum deles que é mais preditivo sobre o comportamento da variável dependente? Nossa hipótese é que não, já que ambos os marcadores sociais tendem a atuar de maneira coordenada e cumulativa, o que diminui as chances políticas de candidatos(as) que exercem ocupações de menor rendimento econômico e/ou prestígio social.

A maioria dos estudos sobre perfis de candidatos(as) e eleitos(as) no Brasil (e na América Latina) tendem a focar apenas no parlamento nacional e, mais especificamente, na Câmara dos Deputados. Em um país com as dimensões do Brasil, onde estados e regiões têm níveis de desenvolvimento econômico e social muito diferentes entre si, análises sobre chances eleitorais de postulantes ganhariam em profundidade se tratassem a política no nível subnacional. Assim, este artigo analisa o perfil dos indivíduos que concorreram ao cargo de deputado estadual/distrital¹ nos 26 estados brasileiros, mais o Distrito Federal, em quatro eleições sucessivamente: 2002, 2006, 2010 e 2014. Essa perspectiva diacrônica é importante para verificar se e quais mudanças ocorreram nas *condições sociais* da competição no período de uma década e meia.

Assim, nossa abordagem da política eleitoral tem cinco diferenças em relação à literatura dominante: a) estudamos candidatos(as) (e não os(as) eleitos(as)); b) estudamos os(as) candidatos(as) no nível estadual (e não federal); c) mobilizamos variáveis explicativas de tipo social (e não institucional); d) mobilizamos variáveis sociais de forma combinada (*ocupação* e *sexo*); e) tomamos aqui os recursos em dinheiro investidos em campanha como variável a ser explicada (e não como variável independente).²

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, discutimos a ideia de desigualdades cumulativas, como e para que estimamos isso, além de apresentar como a variável ocupação profissional prévia deve funcionar no modelo de

1 Iremos adotar ao longo deste artigo o termo *estadual* para nos referirmos aos deputados de todas as unidades federativas, tanto nos 26 estados quanto no Distrito Federal, com seus deputados distritais.

2 Mancuso e Figueiredo Filho (2014) que incluem “profissão” em sua análise, levaram em conta apenas se o(a) candidato(a) era ou não “empresário(a)”. Veja também Heiler, Viana e Santos (2015).

cálculo das hierarquias político-sociais. Na segunda parte, apresentamos os tipos de dados com os quais trabalhamos, suas fontes, tratamento e o “índice de sucesso de receitas”, uma forma de calcular receitas de campanha por estado que leva em conta os contextos locais (em termos de número de candidatos e do volume do dinheiro que circulou em determinada eleição em um estado específico). Na terceira e na última parte, apresentamos os dados e discutimos qual o significado de pensar essas variáveis juntas.

1. Recursos eleitorais, ocupações prévias e sexo como marcadores sociais

Por que, afinal, a concentração de recursos eleitorais entre postulantes a cargos legislativos é um problema? Para a perspectiva pluralista, a distribuição desigual de recursos *não é* necessariamente uma adversidade em si mesma. A questão teórica para o pluralismo não é a existência de recursos desiguais —fato quase inerente das sociedades reais—, mas sim que os diversos tipos de vantagens ou desvantagens existentes em dada sociedade estejam concentrados nos mesmos indivíduos. Em suma, trata-se da acumulação de poderes, ou, como Dahl (1961) definiu, uma questão desigualdades não cumulativas.

A concentração de recursos é um tema caro à teoria democrática de Robert Dahl. Tal tema, embora apareça às vezes de forma lateral (Dahl 1961), às vezes de forma central (Dahl 1982; Dahl 2006b), perpassa toda a sua obra. Discutindo outro contexto —os aspectos necessários para uma República não tirânica—, Dahl definiu como uma das condições necessárias dessa forma de governo que “a acumulação de todos os poderes [...], nas mesmas mãos, seja de um, de alguns ou de muitos, e seja hereditário, auto-indicado ou eletrivo, deve ser evitada” (Dahl 2006a, 11; tradução nossa).³

Embora a definição verse sobre outro elemento analítico —os poderes da República—, podemos expandir o argumento substituindo poderes por “recursos”. Tal expansão teórica não implica distorção da ideia original. Em 1961, Dahl escreveu:

No sistema político da oligarquia aristocrática, recursos políticos eram marcados por uma desigualdade acumulativa: quando um indivíduo tinha muito mais do que outro em um recurso, como riqueza, ele usualmente era melhor em praticamente todos os outros recursos —posição social,

3 No original: “the accumulation of all powers [...], in the same hands, whether of one, a few, or many, and whether hereditary, self-appointed, or elective, must be avoided”.

legitimidade, controle sobre instituições religiosas e educacionais, conhecimento, cargos. No sistema político atual, desigualdades nos recursos políticos permanecem, mas elas tendem a ser não cumulativas. (Dahl 1961, 89; tradução nossa)⁴

Ainda que sua preocupação central fosse sempre os recursos políticos dos cidadãos e sua capacidade de participar da democracia, tomamos essa ideia para tratar, como problema teórico, a acumulação dos recursos dos(as) candidatos(as) a postos eletivos. Poderíamos sintetizar essa ideia, grosso modo, como: “recursos políticos podem ser distribuídos de forma desigual, desde que tal desigualdade não seja cumulativa”. Isto é, diferentes grupos podem (ou devem, em um registro normativo) possuir desigualdades diferentes, ou melhor, serem desiguais em fatores diferentes entre si.

Dogan (2003), comentando sobre o conceito de Dahl à luz da discussão sobre “classe dominante”, argumenta que:

A noção de desigualdades não-cumulativas é muito útil para o estudo de estratificação de elites em sociedades caracterizadas por clivagens culturais, étnicas, sociais ou raciais. Isso é muito menos útil para o estudo de sociedade relativamente homogêneas, onde o critério econômico predomina em tal grau que riqueza e renda estão fortemente correlacionadas com a maior parte dos outros recursos. Processos democráticos reduzem as desigualdades, mas eles não realmente as dispersam. Portanto, a noção de desigualdades não-cumulativas não é operacional para testar a teoria da classe dominante. (Dogan 2003, 17; tradução nossa)⁵

Embora a conclusão de Dogan tenha sido que o conceito não se aplica à análise da “classe dominante”, a ideia de desigualdades não cumulativas é, por outro lado, muito proveitosa para sociedades com grandes clivagens sociais.

-
- 4 No original: “In the political system of the patrician oligarchy, political resources were marked by a cumulative inequality: when one individual was much better off than another in one resource, such as wealth, he was usually better off in almost every other resource — social standing, legitimacy, control over religious and educational institutions, knowledge, office. In the political system of today, inequalities in political resources remain, but they tend to be non-cumulative”.
- 5 No original: “The notion of non-cumulative inequalities is very useful for the study of elite stratification in the societies characterized by cultural, ethnic, religious, social or racial cleavages. It is much less useful for the study of relatively homogenous societies, where the economic criteria predominates to such a degree that wealth and income are still strongly correlated with most other resources. Democratic processes reduce the inequalities, but they do not really disperse them. So the notion of non-cumulative inequalities is not operational for testing the theory of ruling class”.

Portanto, por mais que o conceito não renda analiticamente tanto nas sociedades europeias como poderia, onde distâncias sociais, hipoteticamente, já estão mais “normalizadas”, ele é útil —como demonstraremos neste artigo— para sociedades latino-americanas e, no caso específico, para compreender a dinâmica da competição eleitoral no Brasil.

Recurso eleitoral pode ser entendido de forma mais ampla como todo tipo de meios ou de “capital” —financeiro, social, simbólico e assim por diante— que possa ser utilizado por candidatos(as) para se destacarem dos demais em uma corrida eleitoral. Adotamos aqui, no entanto, entendimento da parte majoritária da literatura em ciência política, que utiliza o termo como sinônimo de “recursos financeiros para campanha”, isto é, financiamento eleitoral.

O impacto de recursos de campanha tem sido há muito estudado no caso brasileiro (Samuels 2001). Nos últimos anos, análises confirmaram a relação estrita entre investimento de campanha e resultados eleitorais (Speck e Mancuso 2014; Benoit e Marsh 2010; Cervi *et al.* 2015). Da perspectiva dos financiadores, Heiler, Viana e Santos (2015) analisaram a preferência de investimentos dos grandes doadores, que tendem a maximizar seus recursos alocando-os em candidatos mais competitivos. No período entre 2002 e 2010, Mancuso e Figueiredo Filho (2014) concluem que os mandatários tendem a ser mais financiados que os desafiantes. Horochovski e seus associados (Horochovski *et al.* 2016) demonstraram a localização do partido como ator central, intermediando a alocação de recursos entre candidatos(as) e doadores.

Para testar se desvantagens eleitorais são cumulativas entre distintos grupos, escolhemos duas clivagens sociais: ocupação profissional e sexo.

Aqui, cabe uma discussão teórica mais extensa, pois tais variáveis não compõem o universo analítico pluralista. Embora Dahl não negue a influência potencial de variáveis como estas,⁶ é verdade que ele as reduz a apenas possibilidades, entre outras variáveis com potencial explicativo. No entanto, optamos intencionalmente por adotar uma abordagem agregada (*comprehensive*) do fenômeno da concentração de recursos eleitorais, que integra variáveis defendidas pela sociologia política a fim de testar limites da poliarquia brasileira.

6 Como se pode perceber, entre outros momentos, em: “Entre outras coisas, nós sabemos que no mundo real recursos políticos de muitos tipos, como conhecimento, informação, habilidades, acesso a organizações, renda, riqueza e status, entre outros, são distribuídos desigualmente entre os cidadãos. Nós também sabemos que padrões de desigualdades nos recursos, como estes, não são os mesmos em todos os países democráticos” (Dahl 1982, 107; tradução nossa). No original: “Among other things, we know that in the real world political resources of many kinds knowledge, information, skill, access to organizations, income, wealth, and status, among others are unequally distributed among citizens. We know also that patterns of inequality in resources like these are not the same in all democratic countries”.

A seguir, explicamos como lidamos teoricamente com a variável independente “ocupação profissional” em função da hierarquização de diferentes graus de *disposição para a política* que distintos ofícios permitem ou incentivam. No outro subitem, discutimos a questão da representação por sexo na política.

1.1. Ocupação profissional e disposição à política institucional

O recrutamento para posições de mando na sociedade é uma das funções centrais dos sistemas políticos. Em regimes democráticos, o recrutamento político envolve dois processos complementares: eleições para cargos representativos e nomeações para cargos administrativos. Vários autores sublinharam que variáveis sociais afetam, positiva ou negativamente, o recrutamento político (Matthews 1962; Czudnowski 1972; Bourdieu 1981; Gaxie 1983); em consequência, incentivam ou barram o acesso de certos grupos sociais à política institucional. Já se sabe que estudos sobre os resultados de processos de recrutamento podem ressaltar a distribuição desigual da influência política de diferentes grupos (sociais, políticos, econômicos) assim como indicar princípios e valores socialmente mais prestigiados numa comunidade (Seligman 1964; Seligman 1971).

Uma das variáveis mais frequentes em estudos desse tipo, que dão relevo a fatores sociais em detrimento de fatores institucionais convencionais, é “ocupação”. Ocupações que precedem a carreira política são usadas como um indicador do meio social de proveniência, como um referente para deduzir tomadas de posição em defesa de grupos de interesses, mas também como um trunfo que pode impulsionar decisivamente o ingresso na arena legislativa. Weber (1994) argumentou que haveria um grau de afinidade importante entre a profissão de origem dos indivíduos e as capacidades dela derivadas para atuar politicamente. Certas ocupações profissionais confeririam, de modo decisivo, uma série de recursos simbólicos (*status*), habilidades políticas (dons de retórica, redes de influência) e condições materiais (tempo livre, independência financeira) aos interessados em seguir carreira na política profissional. Daí a notável presença, nos parlamentos europeus no início do século XX, de titulares das *talking professions*: juristas, jornalistas, diplomatas, etc.

Nessa linha de argumentação, Norris e Lovenduski (1997, 165-166) sugeriram ordenar as profissões dos candidatos ao Parlamento britânico levando em conta os atributos que afetam as chances reais dos competidores eleitorais. A variável “ocupação prévia” à política poderia então, se pensada mais sociológica do que mecanicamente, identificar e iluminar alguns *handicaps* produzidos antes mesmo da disputa eleitoral e estimar, assim, as oportunidades *sociais* que diferentes *métiers* profissionais possibilitam.

Sistematizando o conjunto de atributos encontrados por Norris e Lovenduski (1997) em seu estudo sobre o Reino Unido, Codato, Costa e Massimo (2014) estabeleceram três critérios ligados à ocupação do aspirante a um cargo eletivo que permitem medir as oportunidades oferecidas pelo sistema de relações sociais em que eles estão inseridos a fim de calcular seu sucesso político potential: a) tipo de carreira profissional; b) status social da ocupação; c) afinidade da ocupação com a atividade política. O que se pretende é determinar os graus de “disposição para a política” propiciados pelas respectivas ocupações que os candidatos exercem no mercado.

O primeiro critério, *tipo de carreira profissional*, estima o quanto determinado candidato, em função da sua ocupação de origem, consegue controlar o tempo disponível para dedicar-se à militância na política e se ele possui independência financeira e autonomia profissional. Em resumo, se ele tem ou não uma carreira profissional flexível. O segundo critério, *status social*, estima a posição de determinada ocupação ante outras de acordo com o reconhecimento e o prestígio socialmente atribuído a ela por uma comunidade. Em resumo, se ele usufrui de um *status* mais alto ou mais baixo em função do seu ofício. O terceiro critério, *afinidade com a atividade política*, estima o quanto uma determinada ocupação permite maior ou menor familiaridade com o funcionamento da máquina pública, conhecimentos técnicos ou possibilidade de estabelecer uma rede de contatos (*networks*) importantes no meio político. Esses três critérios permitem avaliar, para cada ocupação declarada na ficha de inscrição dos candidatos nos Tribunais Regionais Eleitorais, se ela produz ou não *disposição para a política* institucional e em que grau (alto, médio ou baixo). Há então, conforme o modelo proposto por Codato, Costa e Massimo (2014), profissões com: a) alta disposição para a atividade política (presença dos três critérios: carreira profissional flexível, *status* social elevado, ocupação com afinidade política); b) média disposição para a atividade política (presença de dois critérios); c) baixa disposição ou d) nenhuma disposição para a atividade política (presença de um ou ausência completa de algum dos critérios). A Tabela 1 sistematiza esse índice.

Para operacionalizar essas classes de análise, utilizamos a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TSE) para candidatos(as) e eleitos(as) a deputado estadual em 2002, 2006, 2010 e 2014. Pontuamos cada uma das 251 ocupações declaradas pelos 51.860 candidatos(as) de zero a três, de modo que possuir cada um dos critérios estabelecidos fazia com que se somasse um ponto por critério em cada ocupação.

Tabela 1. Modelo analítico de classificação de profissões dos(as) candidatos(as) conforme a disposição política

	Carreira profissional flexível	Status social elevado	Ocupação com afinidade política	Pontuação máxima
Alta disposição	1	1	1	3
Média disposição	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	2
Baixa disposição	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	1
Nenhuma disposição	0	0	0	0

Fonte: elaborada a partir de Codato, Costa e Massimo (2014).

Se a lógica interna do argumento sobre o qual se constrói o modelo de disposição à política é válida —isto é, “ocupações que permitem familiaridade com a máquina pública e com os estratagemas da política ou propiciam uma rede de contatos importantes no meio” (Codato, Costa e Massimo 2014, 355-356)—, esse modelo deve ser capaz de explicar, ao menos em parte, o fenômeno da quantidade das receitas de campanha, visto que estas estão relacionadas justamente à referida capacidade desses agentes de mobilizar uma rede de contatos e de recursos.

1.2. Os candidatos e o sexo

Para mensurar empiricamente o *framework* proposto neste artigo, por exemplo, o peso da acumulação das várias desigualdades, optamos por integrar o modelo de disposição à política com a variável “sexo” dos competidores. Nos anos recentes, “sexo” tem sido uma das variáveis mais estudadas em termos das desigualdades produzidas na política eleitoral devido à sub-representação feminina entre a classe eleita, incluindo aí desigualdades de gênero no financiamento de campanha (Barber, Butler e Preece 2016).

A luta por condições equânimes entre os sexos na competição eleitoral reflete o que Pitkin (1967) chamou de *representação descritiva*. Isto é, o modelo de representação política em que os representantes refletem, tal qual um espelho, as características sociais daquela população. Embora seja verdade que a vontade do eleitorado não obrigatoriamente deva atender a esse tipo de representação, nas sociedades democráticas contemporâneas há a ambição por aproximar as características do corpo parlamentar às características da sociedade, ainda que longe de realmente “espelhar” sua população. Alia-se ao contexto brasileiro da sub-representação feminina um agravante. Segundo Norris (2006), ao compilar

dados de 175 países, mulheres possuem quase duas vezes mais chances de serem eleitas em um sistema eleitoral proporcional, como o brasileiro, do que em sistemas eleitorais majoritários, como os Estados Unidos.

A questão específica, então, é: por que, décadas após conquistar direitos iguais de votarem e serem votadas, as mulheres não se elegem em patamares similares aos dos homens? Respostas diferentes têm sido oferecidas pela literatura. Podemos classificar os argumentos em três tipos, resumindo muito o debate. O primeiro tipo localiza as barreiras eleitorais na sociedade. Nessa perspectiva, há algum tipo de preconceito ou sexismos de ordem cultural pelos eleitores, que rejeitariam a possibilidade de votar em candidatas mulheres (Lawless 2009). A segunda perspectiva é de ordem sociológica. Ela localiza nas dificuldades que mulheres enfrentam em suas vidas privadas e perante a sociedade, no momento anterior à entrada na carreira, o filtro para barrá-las na política (Fox e Lawless 2004). A terceira corrente explicativa é de cunho institucional. Ela busca em variáveis do próprio campo político as explicações para a ausência feminina, tal como as tendências criadas pelos sistemas eleitorais (Norris 2006) ou o *déficit* na oferta de candidaturas competitivas (Norris e Franklin 1997).

O diagnóstico correto sobre qual a causa da sub-representação feminina é fundamental para o prognóstico adequado para o tratamento do problema. Para a primeira corrente, a solução seria mudar a mentalidade e os costumes de toda a sociedade; para a segunda corrente, a solução seria normalizar distâncias sociais e o papel da mulher na sociedade; para a terceira corrente, a solução seria normalizar as condições de competição e garantir recursos financeiros equânimes, com eventual ajuste de certas regras eleitorais.

Evidentemente, tais perspectivas não são mutuamente excludentes e podem ser pensadas em conjunto. Contudo, são necessárias mais pesquisas que, efetivamente, integrem variáveis de distintas correntes explicativas para identificar, dentre os diversos fatores possíveis, qual ou quais exercem maior influência. Neste artigo, realizamos isso, ainda que em uma escala pequena. Isto é, integramos sexo a uma variável de ordem social (ocupação profissional), a fim de testar uma variável de ordem institucional (financiamento eleitoral).

Resultados de pesquisas sobre o Brasil apontaram que as candidatas têm arrecadações de campanha significativamente menores do que sua contraparte masculina (Sacchet e Speck 2012b; Sacchet e Speck 2012a). Sacchet e Speck, ao comparar as eleições de 2006 e 2010 no Brasil, mostraram que, já então, havia ocorrido uma queda no sucesso das mulheres na arrecadação de uma para outra eleição. Araújo e Borges (2013) argumentaram que pesa contra as mulheres a dificuldade para se inserirem em redes que lhes garantam apoio financeiro. Essa questão também foi analisada por Thomsen e Swers (2017). Eles argumentaram

que candidatas teriam um percalço adicional na competição visto que precisam construir sua própria rede de doadores. A pesquisa de Junckes *et al.* (2015), com a aplicação de análise de redes entre candidatos e doadores, também demonstrou que mulheres são progressivamente excluídas das redes de arrecadação eleitoral, em um processo de marginalização e isolamento das candidaturas femininas.

Speck e Mancuso (2013), ao analisarem os fatores para eleger-se prefeito —em um modelo com diversas variáveis, que incluíam sexo do candidato—, encontraram que já estar no cargo, concorrendo à reeleição, tinha um grande impacto nas chances eleitorais, para ambos os sexos. Os autores lançam uma dúvida: “Não está claro ainda, porém, se esta vantagem competitiva expressa um talento ou uma característica do candidato, ou se o capital político está vinculado ao cargo, sendo ativado por diferentes mecanismos durante a disputa eleitoral” (Speck e Mancuso 2013, 124). A dúvida —entre uma habilidade natural do político ou as vantagens do cargo—, de fato, só existe no modelo que considera apenas mandatários que ocupam o cargo, e não demais políticos profissionais. O modelo de disposição à política (que inclui todos os políticos, tanto no cargo como não), articulado também à variável sexo, testado neste artigo, dialoga diretamente com tal questionamento e propõe uma resposta.

2. Dados e métodos

Entre 2002 e 2014, 51.860 indivíduos tiveram suas candidaturas deferidas pelo TSE do Brasil e concorreram ao cargo de deputado estadual às Assembleias Legislativas nos 26 estados brasileiros, além do Distrito Federal. Destes, 13.582 candidatos(as) ou não fizeram a prestação de contas à Justiça Eleitoral, ou esta não foi atualizada pelo TSE em sua base de dados pública.⁷ Como este é um elemento central da análise, eliminamos tais candidatos(as); portanto, o banco de dados utilizado aqui foi composto por 38.278 indivíduos.

A fonte de todas as informações utilizadas neste estudo são as bases de dados oficiais da Justiça Eleitoral do Brasil. Agregamos 22 bancos de dados fornecidos separadamente pelo TSE (sobre características socioprofissionais dos candidatos(as) e receitas de campanha) para chegar às informações analisadas. A origem das variáveis “profissão” e “sexo” é a autodeclaração do indivíduo no

7 Embora este seja um valor alto, percebemos que a maior parte dos casos se concentra nos anos iniciais da série, em que o sistema de informações do TSE ainda estava em implantação. Acreditamos que parte desses valores ausentes eventualmente possa decorrer de problemas técnicos, bem como da ausência de fiscalização mais rígida sobre a prestação de contas. A porcentagem dos candidatos(as) que não declararam receitas, por ano, é: 43,2% em 2002, 30,4% em 2006, 17,5% em 2010 e 16,9% em 2014.

momento de registro de sua candidatura no TSE.⁸ As ocupações declaradas foram recodificadas em termos do *quantum* de disposição à política, conforme o índice explicado na seção anterior.

Há uma distinção importante no modelo testado diante das análises correntes da literatura.

A fim de poder avaliar separadamente o peso de ser incumbente, separamos aqueles que se autodeclararam “deputado” como uma quarta categoria, denominada “mandatário”, e deixamos os demais políticos profissionais classificados em “alta” disposição.⁹

Quanto às receitas de campanhas, ao tratar em termos longitudinais e comparativos (entre diferentes unidades da federação), temos que ponderar que os valores monetários não são diretamente comparáveis dadas as diferenças entre os estados no Brasil em termos de taxas de inflação, médias salariais, preços em geral, etc. Um valor monetário \$100 não vale o mesmo, em termos de poder de compra, em São Paulo do que valem em Sergipe. O mesmo valor \$100 não vale o mesmo, em termos de alcance e impacto, em um colégio eleitoral com 1 milhão de eleitores do que em outro com 10 milhões de votantes. Estes \$100 não valem o mesmo, em termos monetários e inflacionários, em 2014 do que valiam em 2002. Por isso, para tornar esses aspectos comparáveis, utilizamos o índice proposto por Sacchet e Speck (2012b), batizado de Índice de Sucesso de Receitas (ISR).

O cálculo realizado no ISR e nesta pesquisa pode ser sintetizado na seguinte fórmula:

$$ISR = \frac{Rc.Nc}{Rt}$$

em que:

Rc = receitas do candidato(a);

Nc = número de candidatos(as) no pleito;

Rt = total da receita de todos os candidatos(as) naquele pleito.

Fonte: adaptado de Sacchet e Speck (2012b).

8 No registro junto ao TSE, o candidato(a) declara a “ocupação”, não “profissão”, o que pode implicar distinções teóricas e práticas entre os conceitos, que, contudo, não são o foco deste artigo.

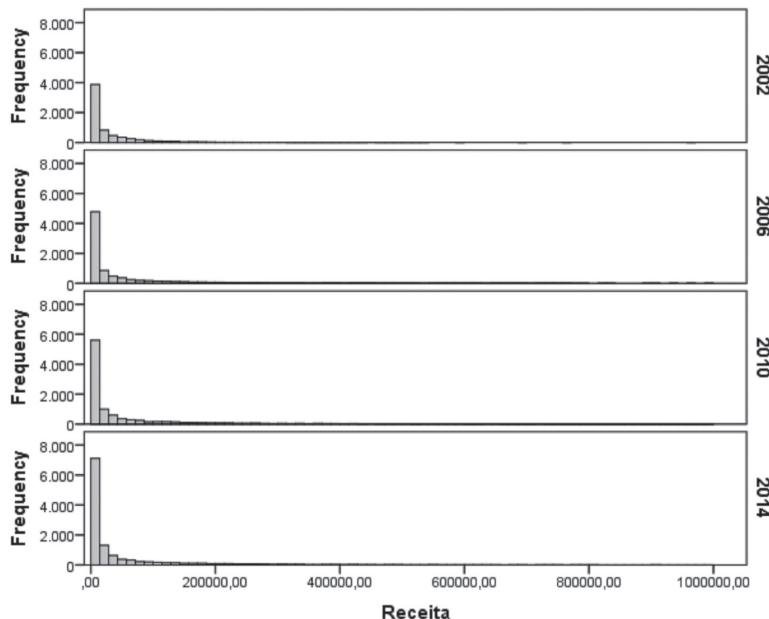
9 No ano de 2002, as ocupações “senador, deputado e vereador” pertenciam à mesma categoria, assim denominada. Diante disso, haveria duas opções: classificar tal ocupação como “mandatário”, mesmo certamente colocando outros indivíduos, não mandatários, junto a estes, ou não ter o dado de “mandatário” para 2002, classificado como “alta” disposição, com os demais políticos profissionais. Optamos pela segunda solução. Para os demais anos, o TSE não separa deputados estaduais e federais, ofertando apenas a opção “deputado”. Contudo, como ocorrências de deputados(as) federais concorrerem ao cargo de deputado estadual é residual no padrão de carreira política no Brasil, este não é um problema com potencial de afetar nosso modelo.

O cálculo do índice é realizado separadamente para cada estado e para cada ano eleitoral, o que torna possível a comparação entre diferentes estados e em distintas eleições. No ISR, a média do grupo é sempre igual a um. A análise, portanto, não ocorre sobre os valores absolutos, mas em termos de distâncias da média. Assim, podemos verificar a posição dos candidatos(as) em termos contextuais em relação a seus adversários.

3. Resultados e discussão

Inicialmente, apresentamos um histograma sobre a distribuição dos dados. Como se percebe, eles estão difundidos desigualmente, com uma proporção paretiana 90-10.

Gráfico 1. Histograma da distribuição de receitas eleitorais de candidatos(as) a deputado estadual no Brasil, 2002-2014



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

O Gráfico 1 mostra que há forte concentração de dinheiro investido em pouquíssimas candidaturas eleitorais, o que confirma um fato já revelado pela literatura de financiamento de campanha no Brasil.

A Tabela 2, por sua vez, traz a distribuição em porcentagens do número de candidatos para a categoria de profissões segundo a disposição à política,

comparativamente com o sexo dos candidatos. Os valores totais e outras informações não puderam ser inseridos aqui por uma questão de espaço, mas encontram-se para consulta nos anexos deste artigo.

Tabela 2. Sexo dos candidatos a deputado estadual e aptidão política conforme as ocupações (Brasil, 2002-2014)

		Disposição à política				Total	
		Baixa	Média	Alta	Mandatário		
2002	Sexo	Masculino	83,9%	85,5%	89,2%		85,2%
		Feminino	16,1%	14,5%	10,8%		14,8%
	Total		100,0%	100,0%	100,0%		100,0%
2006	Sexo	Masculino	83,9%	87,0%	88,4%	88,9%	85,7%
		Feminino	16,1%	13,0%	11,6%	11,1%	14,3%
	Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
2010	Sexo	Masculino	75,2%	82,6%	85,5%	87,6%	79,1%
		Feminino	24,8%	17,4%	14,5%	12,4%	20,9%
	Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
2014	Sexo	Masculino	63,5%	77,3%	84,9%	87,0%	70,9%
		Feminino	36,5%	22,7%	15,1%	13,0%	29,1%
	Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

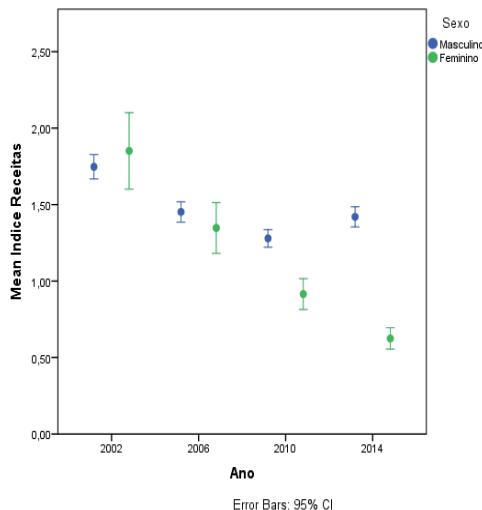
Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

Mulheres são sempre minoria em todos os estratos de disposição para a política, mas elas vêm aumentando progressivamente na categoria “baixa disposição” (maior valor em 2014, 36,5% dessa categoria). Elas também são minoria em “mandatários”, com valores muito distantes daqueles dos homens.

A partir daqui, iremos utilizar somente o *índice de distâncias da média*, conforme explicado na seção anterior, o que nos permite comparar diretamente os dados entre si.

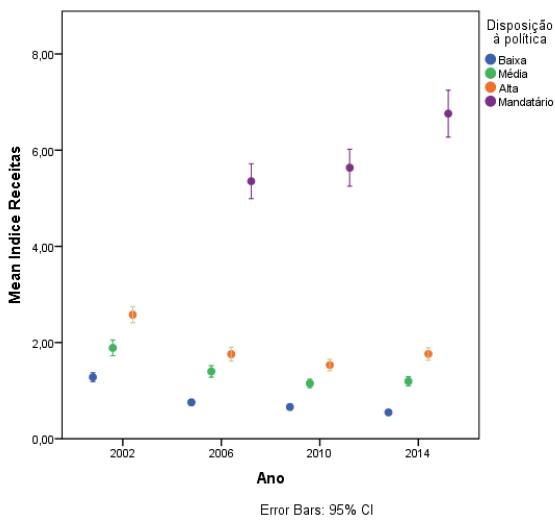
Os Gráficos 2 e 3 exibem, respectivamente, a diferença de médias para ambas as categorias (sexo declarado pelo candidato e disposição para a política com base no *background* profissional) analisadas separadamente e, então, no Gráfico 4, um cruzamento das duas categorias.

Gráfico 2. Médias de receitas financeiras dos candidatos(as) a deputado estadual no Brasil por sexo (2002-2014)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

Gráfico 3. Médias de receitas financeiras dos candidatos(as) a deputado estadual no Brasil por tipo de ocupação profissional (2002-2014)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

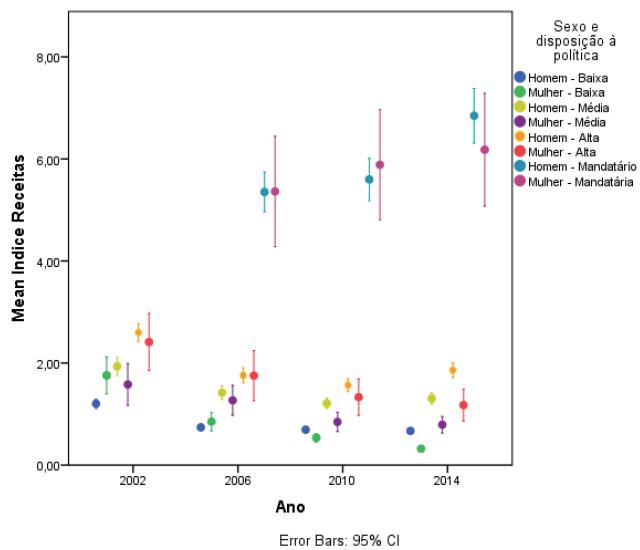
Os recursos para as mulheres disputarem uma cadeira nas Assembleias Legislativas dos estados caem de forma constante de 2002 a 2014; neste último ano, a diferença entre os sexos foi a maior registrada. Enquanto homens receberam, em 2014, uma média de R\$ 117.858,00, as mulheres receberam, em média, R\$ 47.513,00, isto é, duas vezes e meia menos.

Quando consideramos apenas a aptidão política dos candidatos(as), a hierarquia é praticamente perfeita. A menor quantidade de dinheiro está em baixa disposição, depois vêm os candidatos(as) com média disposição (e os valores diminuem a cada eleição). Acima deles, estão concorrentes com alta disposição política. Seus valores eram declinantes até 2010 e, em 2014, voltaram a subir, contudo sem alcançar os patamares de 2002.

Por sua vez, mandatários possuem receitas de campanha muito mais elevadas que quaisquer outros grupos. Além disso, é importante notar como os valores para os incumbentes aumentam a cada rodada e como, portanto, as distâncias vão ficando maiores com o passar do tempo.

O Gráfico 4 apresenta todas essas informações juntas. A Tabela 3 apresenta o teste de Bonferroni de diferenças de médias, para as informações ilustradas no referido gráfico. Nessa tabela, por fins de inteligibilidade, mantivemos somente as comparações de sexo dentro do mesmo estrato de disposição à política.

Gráfico 4. Médias de receitas financeiras dos candidatos a deputado estadual no Brasil por sexo e por tipo de ocupação profissional (2002-2014)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

Tabela 3. Teste de Bonferroni para diferenças de médias
 (índice de receitas de campanhas)

	Disposição à política	Comparação por sexo	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
2002	Baixa	Homem – Mulher	-,55431	,15779	,007	-1,0176	-,0910
	Média	Homem – Mulher	,35386	,23188	1,000	-,3270	1,0347
	Alta	Homem – Mulher	,18611	,24824	1,000	-,5428	,9150
2006	Baixa	Homem – Mulher	-,11110	,11734	1,000	-,4778	,2556
	Média	Homem – Mulher	,14967	,16640	1,000	-,3703	,6696
	Alta	Homem – Mulher	,00465	,21218	1,000	-,6584	,6677
	Mandatário	Homem – Mulher	-,00871	,35473	1,000	-1,1172	1,0997
2010	Baixa	Homem – Mulher	,15789	,07798	1,000	-,0857	,4015
	Média	Homem – Mulher	,36267	,12209	,083	-,0188	,7442
	Alta	Homem – Mulher	,23424	,17207	1,000	-,3034	,7719
	Mandatário	Homem – Mulher	-,28625	,28837	1,000	-1,1873	,6148
2014	Baixa	Homem – Mulher	,35030	,06820	,000	,1372	,5634
	Média	Homem – Mulher	,51710	,10765	,000	,1808	,8535
	Alta	Homem – Mulher	,68206	,18270	,005	,1112	1,2529
	Mandatário	Homem – Mulher	,66634	,31785	1,000	-,3268	1,6594

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

Os resultados apresentados no Gráfico 4 e na Tabela 3 mostram dois achados importantes. Primeiro, até 2010, somente em um caso as diferenças de médias da variável “sexo” foram significativas, quando comparadas dentro do

mesmo estrato de disposição à política. É o caso da disposição baixa em 2002, quando a média de receitas de campanha das mulheres foi *maior* do que a dos homens. Em todos os demais casos, considerados os valores intraclass, não existe diferença estatisticamente significativa entre as receitas de campanha de homens e mulheres.

A despeito das diferenças de sexo registradas no Gráfico 2, quando as duas variáveis estão trabalhadas em conjunto, as diferenças entre homens e mulheres tendem a se normalizar. Por exemplo, tanto em 2006 quanto em 2010, mulheres em posição de “mandatário” arrecadaram um valor mediano superior ao dinheiro arrecadado por candidatos homens. É verdade que, na maioria dos momentos, elas ainda estão nominalmente atrás, mas as distâncias das posições, consideradas intraclass, são muito mais próximas do que se tomados apenas os valores para “sexo” de forma isolada.

Isso pode nos indicar que o marcador social de desigualdade na arrecadação de receitas de campanha não é “sexo”, mas a posição social, aferida a partir da ocupação profissional dos indivíduos.

O segundo achado é que esse cenário muda quase que radicalmente em 2014, quando apenas na categoria mandatário não ocorre diferença de arrecadação entre os sexos. Isto é, mesmo considerando os valores dentro do mesmo estrato de disposição à política, homens arrecadaram mais dinheiro do que mulheres nesse ano, nas categorias baixa, média e alta. Isso pode nos indicar que as diferenças de sexo na política brasileira, ao invés de estarem diminuindo —conforme seria o esperado em termos de avanço democrático—, estão se agravando.

Por fim, a Tabela 4 apresenta uma regressão linear (por meio do Método dos Mínimos Quadrados, OLS) para revelar o poder explicativo de nossas variáveis sobre a distribuição das receitas de campanha.

Tabela 4. Modelo de regressão OLS

		β	Sig.	r	r^2
2002	(Constant)		,000	0,291	0,084
	Sexo	-,017	,142		
	Disposição média	,159	,000		
	Disposição alta	,301	,000		
2006	(Constant)		,000	0,438	0,192
	Sexo	-,004	,719		
	Disposição média	,155	,000		
	Disposição alta	,276	,000		
	Disposição mandatário	,409	,000		

		β	Sig.	r	r^2
2010	(Constant)		,000	0,444	0,197
	Sexo	-,072	,000		
	Disposição média	,140	,000		
	Disposição alta	,250	,000		
	Disposição mandatário	,401	,000		
2014	(Constant)		,000	0,489	0,239
	Sexo	-,166	,000		
	Disposição média	,150	,000		
	Disposição alta	,264	,000		
	Disposição mandatário	,389	,000		
Dependent Variable: Índice receitas (log)					

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

Para medir o real impacto de cada categoria do modelo de disposição à política, as variáveis foram transformadas em binárias. Logo, o resultado da variável binária refere-se a ela em relação a todas as demais. Para evitar redundância e colinearidade, a categoria mais baixa (baixa disposição à política) teve que ser omitida do modelo, sendo, portanto, base para as demais. A variável dependente é o índice de receitas em log.¹⁰

A tabela a seguir sintetiza os principais valores obtidos no resultado. Nos anexos, é possível encontrar o modelo completo, inclusive com os resultados para testes de colinearidade (nenhuma variável utilizada no modelo apresentou valor acima do permitido).

Como resultado do modelo, percebemos —em consonância com o que havia sido indicado nos resultados do Gráfico 4 e na Tabela 3— que a variável “sexo” é pouco explicativa. Como já havíamos visto nas diferenças de médias, quando comparados homens e mulheres dentro da mesma “classe profissional”, a variação entre receita entre sexo é pequena.

Para os anos de 2002 e 2006, o *sig* indica que a variável sexo sequer deve ser considerada como preditora de alguma variação das receitas. Ou seja, não há relação, para esses anos, entre sexo e receitas. Para 2010 e 2014, a variável sexo é significativa. Em 2010, é aquela com resultado mais baixo de todas as trabalhadas, conforme se nota pelos valores indicados no β padronizado. Em 2014, contudo,

10 Variações com outros modelos que usaram diretamente o índice de receitas produziram resultados equivalentes.

seu valor torna-se mais significativo do que a “disposição média”, mas ainda menos explicativo do que as disposições alta e mandatário. As disposições para a política média, alta e “mandatário” seguem a mesma ordem crescente que já havíamos percebido no Gráfico 3, cada uma com maior poder explicativo do que a outra, o que demonstra que a lógica interna da construção do indicador procede.

Em termos de mudanças na série histórica, podemos notar o aumento crescente do coeficiente de determinação (R^2). O R^2 indica o quanto o conjunto de variáveis utilizada explica a variação das receitas de campanha. No caso, há um crescimento a cada ano, que atinge 0,239 em 2014. Significa dizer que 23,9% de toda a variação de receitas analisadas pode ser explicada pelo conjunto de variáveis utilizado. Um poder explicativo razoável, em termos de ciências sociais. Também significa que, com o passar dos anos (de 2002 a 2014), tornou-se mais importante, para acessar as redes de financiadores eleitorais, fazer parte das classes profissionais de alta disposição à política.

Conclusões

A título de conclusão, sistematizamos nossos achados a partir das hipóteses de pesquisa formuladas inicialmente.

Partimos da ideia de que há, nas disputas eleitorais nos estados brasileiros, concentração de receitas para campanhas eleitorais em determinados grupos sociais, identificados segundo as ocupações de origem dos competidores. Os testes mostraram que sim. Há uma transposição da hierarquia social (medida como “disposição” das diferentes profissões) para a hierarquia política, sendo esta uma espécie de expressão simbólica daquela. O modelo confirmou também algumas descobertas da literatura segundo as quais mandatários são competidores quase imbatíveis quando se trata de reunir dinheiro para disputar uma cadeira legislativa.

Em segundo lugar, confirmamos parcialmente para o universo da política estadual brasileira os achados para o mundo político nacional: parece haver um direcionamento das receitas de campanha que discrimina os postulantes por sexo, que prioriza candidatos homens em relação às mulheres. Contudo, isso precisa ser ponderado à luz dos resultados da terceira hipótese. A principal evidência sobre as distinções de sexo é que essa desigualdade aumenta com o tempo, a cada eleição, e aumenta em termos absolutos, em valores.

Por fim, uma terceira questão, essa mais ambiciosa, era se, entre esses dois fatores explicativos (profissão e sexo), haveria algum deles que seria mais preditivo sobre o comportamento da variável dependente (financiamento eleitoral). A hipótese inicial era que não, já que se esperaria que esses “marcadores sociais” atuassem cumulativamente, mesmo no universo estadual. Essa hipótese foi rejeitada.

O que encontramos foi que as diferenças de sexo, quando comparado no mesmo nível de ocupação profissional, caíram drasticamente, quando considerado o período entre 2002 e 2010 —esse cenário se altera em 2014, o que pode indicar um agravamento das distâncias sociais. A não cumulatividade foi demonstrada tanto nas diferenças de médias que cotejaram as duas variáveis concomitantemente quanto em um modelo de regressão linear. Quando disputam dentro do mesmo nível de hierarquia social, homens e mulheres obtêm valores em patamares equivalentes de financiamento eleitoral, quando não as mulheres superam os homens. Significa dizer que a variável de posição social é o grande marcador da distinção existente entre candidatos(as) e o fator explicativo de alguns terem acesso a redes de financiamento ao passo que outros não.

Logicamente, isso não implica dizer que esta é a única variável de distinção existente no cenário político-eleitoral. Como frisamos no começo, existem diversas naturezas de recursos eleitorais que podem ser mobilizados, assim como diversos âmbitos e naturezas de vantagens ou desvantagens que podem ser acumulados entre grupos sociais. Neste artigo, testamos duas variáveis. Neste caso, claramente as desigualdades não são cumulativas, uma vez que as desigualdades de sexo se dissipam dentro da mesma classe social. Os resultados também chamam a atenção para a importância de construir modelos analíticos abrangentes, que contemplem diversas variáveis, sob o risco de, caso contrário, se produzirem falsos positivos, isto é, resultados que afirmem, incorretamente, a existência de dada condição.

Robert Dahl formulou o argumento, que tomamos como hipótese neste artigo, que em uma sociedade pluralista, as desvantagens sociais não deveriam ser cumulativas entre distintos grupos sociais. Os resultados da análise estatística de dados sobre mais de 38 mil candidatos, em 27 unidades federativas, em quatro eleições, ao longo de 12 anos no Brasil, mostraram que o argumento pode ser considerado, ao menos parcialmente, verdadeiro para a sociedade brasileira.

ANEXOS

Tabela 5. Descritivos da população, por ano de eleição, disposição à política e sexo dos candidatos a deputado estadual no Brasil

			N	% dentro “Disposição”	% dentro “Sexo”
2002	Disposição à política	Baixa	Masculino	2886	86,3%
			Feminino	460	13,7%
			Total	3346	100,0%
		Média	Masculino	1421	87,1%
			Feminino	211	12,9%
			Total	1632	100,0%
		Alta	Masculino	1535	89,6%
			Feminino	179	10,4%
			Total	1714	100,0%
		Total	Masculino	5842	87,3%
			Feminino	850	12,7%
			Total	6692	100,0%
2006	Disposição à política	Baixa	Masculino	3356	84,5%
			Feminino	616	15,5%
			Total	3972	100,0%
		Média	Masculino	1969	86,9%
			Feminino	298	13,1%
			Total	2267	100,0%
		Alta	Masculino	1437	88,9%
			Feminino	179	11,1%
			Total	1616	100,0%
		Mandatário	Masculino	517	89,0%
			Feminino	64	11,0%
			Total	581	100,0%
		Total	Masculino	7279	86,3%
			Feminino	1157	13,7%
			Total	8436	100,0%

			N	% dentro “Disposição”	% dentro “Sexo”
2010	Disposição à política	Baixa	Masculino	4342	78,8%
			Feminino	1169	21,2%
			Total	5511	100,0%
		Média	Masculino	2300	83,7%
			Feminino	449	16,3%
			Total	2749	100,0%
		Alta	Masculino	1348	86,0%
			Feminino	220	14,0%
			Total	1568	100,0%
		Mandatário	Masculino	537	87,5%
			Feminino	77	12,5%
			Total	614	100,0%
		Total	Masculino	8527	81,7%
			Feminino	1915	18,3%
			Total	10442	100,0%
2014	Disposição à política	Baixa	Masculino	4376	65,0%
			Feminino	2352	35,0%
			Total	6728	100,0%
		Média	Masculino	2806	78,1%
			Feminino	786	21,9%
			Total	3592	100,0%
		Alta	Masculino	1518	86,0%
			Feminino	248	14,0%
			Total	1766	100,0%
		Mandatário	Masculino	540	87,0%
			Feminino	81	13,0%
			Total	621	100,0%
		Total	Masculino	9240	72,7%
			Feminino	3467	27,3%
			Total	12707	100,0%

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

Tabela 6. Médias, por disposição à política e sexo dos candidatos a deputado estadual no Brasil

		Média			Mediana			Desvio padrão		
		Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
2002	Baixa	1,20	1,76	1,28	0,25	0,27	0,26	2,53	3,95	2,78
	Média	1,93	1,58	1,89	0,68	0,45	0,64	3,43	3,02	3,38
	Alta	2,60	2,41	2,58	1,43	1,15	1,40	3,54	3,79	3,57
	Total	1,75	1,85	1,76	0,53	0,45	0,53	3,11	3,72	3,19
2006	Baixa	0,74	0,85	0,76	0,12	0,12	0,12	1,91	2,28	1,97
	Média	1,42	1,27	1,40	0,29	0,27	0,29	2,99	2,58	2,94
	Alta	1,76	1,75	1,76	0,73	0,49	0,70	2,89	3,32	2,94
	Mandatário	5,35	5,36	5,35	4,09	4,14	4,12	4,47	4,33	4,45
	Total	1,45	1,35	1,44	0,29	0,24	0,28	2,91	2,87	2,91
2010	Baixa	0,69	0,54	0,66	0,11	0,08	0,10	1,97	1,45	1,88
	Média	1,21	0,85	1,15	0,24	0,14	0,22	2,44	2,03	2,38
	Alta	1,57	1,33	1,53	0,71	0,36	0,65	2,37	2,69	2,42
	Mandatário	5,60	5,89	5,63	4,16	4,79	4,24	4,87	4,77	4,85
	Total	1,28	0,91	1,21	0,22	0,12	0,19	2,71	2,25	2,63
2014	Baixa	0,67	0,32	0,55	0,10	0,05	0,08	1,99	1,39	1,81
	Média	1,31	0,79	1,19	0,25	0,08	0,19	3,08	2,33	2,94
	Alta	1,86	1,18	1,76	0,75	0,26	0,70	2,85	2,50	2,82
	Mandatário	6,85	6,18	6,76	5,29	4,56	5,18	6,34	5,01	6,19
	Total	1,42	0,63	1,20	0,22	0,07	0,15	3,23	2,09	2,99

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

Tabela 7. Coeficientes de regressão e colinearidade

		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		t	Sig.	Colinearidade	
		B	Erro Pad.	Beta				Tolerância	VIF
2002	(Constant)	-1,278	,090			-14,207	,000		
	Sexo	-,054	,037			-1,467	,142	,998	1,002
	Disposição média	,765	,060	,159		12,731	,000	,888	1,126
2006	Disposição alta	1,419	,059	,301		24,048	,000	,887	1,128
	(Constant)	-1,976	,075			-26,196	,000		
	Sexo	-,011	,030	,004		,360	,719	,997	1,003
2010	Disposição média	,736	,050	,155		14,786	,000	,870	1,150
	Disposição alta	1,473	,056	,276		26,381	,000	,877	1,140
	Disposição mandatário	3,391	,084	,409		40,384	,0000	,936	1,068
2014	(Constant)	-1,741	,064			-27,144	,000		
	Sexo	-,197	,024	,072		-8,133	,000	,993	1,007
	Disposição média	,676	,045	,140		15,134	,000	,903	1,107
	Disposição alta	1,489	,055	,250		27,184	,000	,912	1,096
	Disposição mandatário	3,633	,081	,401		44,654	,0000	,953	1,049
	(Constant)	-1,348	,056			-24,168	,000		
	Sexo	-,398	,019	,166		-21,068	,000	,963	1,039
	Disposição média	,712	,039	,150		18,383	,000	,894	1,118
	Disposição alta	1,626	,050	,264		32,306	,000	,897	1,114
	Disposição mandatário	3,845	,078	,389		49,019	,0000	,952	1,051

Variável dependente: Índice receitas (log)

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do TSE do Brasil.

Referências

1. Araújo, Clara e Doriam Borges. 2013. “Trajetórias Políticas e Chances Eleitorais.” *Revista de sociologia e política* 21 (46): 69-91.
2. Barber, Michael, Daniel M. Butler e Jessica Preece. 2016. “Gender Inequalities in Campaign Finance.” *Quarterly Journal of Political Science* 11 (2): 219-48. <https://doi.org/10.1561/100.00015126>
3. Benoit, Kenneth e Michael Marsh. 2010. “Incumbent and Challenger Campaign Spending Effects in Proportional Electoral Systems.” *Political Research Quarterly* 63 (1): 159-73. <https://doi.org/10.1177/1065912908325081>
4. Bourdieu, Pierre. 1981. “La Représentation Politique. Éléments pour une Théorie du Champ Politique.” *Actes de La Recherche En Sciences Sociales* (36-37): 3-24.
5. Cervi, Emerson Urizzi, Luiz Domingos Costa, Adriano Codato e Renato Perrinotto. 2015. “Dinheiro, Profissão e Partido: A vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010.” *Sociedade e Estado* 30 (1): 189-205. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100011>
6. Codato, Adriano, Luiz Domingos Costa e Lucas Massimo. 2014. “Classificando ocupações prévias à entrada na política: Uma discussão metodológica e um teste empírico.” *Opinião Pública* 20 (3): 346-62. <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203346>
7. Czudnowski, Moshe M. 1972. “Sociocultural Variables and Legislative Recruitment: Some Theoretical Variations and a Case Study.” *Comparative Politics* 4 (4): 561-587.
8. Dahl, Robert A. 1961. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. New Haven: Yale University Press.
9. Dahl, Robert A. 1982. *Dilemmas of Pluralist Democracy: Autonomy vs. Control*. New Haven: Yale University Press.
10. Dahl, Robert A. 2006a. *A Preface to Democratic Theory. Expanded Edition*. Chicago: The University of Chicago Press.
11. Dahl, Robert A. 2006b. *On Political Equality*. New Haven: Yale University Press.
12. Dogan, Mattei. 2003. “Is There a Ruling Class in France?” Em *Elite Configurations at the Apex of Power*, editado por Mattei Dogan, 17-90. Leiden: Koninklijke Brill NV.
13. Fox, Richard L., e Jennifer L. Lawless. 2004. “Entering the Arena? Gender and the Decision to Run for Office.” *American Journal of Political Science* 48 (2): 264-80.
14. Gaxie, Daniel. 1983. “Les Facteurs Sociaux de La Carrière Gouvernementale Sous La Cinquième République de 1959 à 1981.” *Revue Française de Sociologie* 24 (3): 441-65.
15. Heiler, Jeison Giovani, João Paulo S. L. Viana e Rodrigo Dolandeli dos Santos. 2015. “Empresariado e Partidos no Processo Eleitoral Brasileiro.” *Em Debate* 7 (3): 75-86.
16. Horochovski, Rodrigo Rossi, Ivan Jairo Junckes, Edson Armando Silva, Joseli Maria Silva e Neilor Fermino Camargo. 2016. “Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil.” *Opinião Pública* 22 (1): 28-55. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201622128>
17. Junckes, Ivan Jairo, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva, Edson Armando Silva e Leandro Batista de Almeida. 2015. “Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil: A dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político.” *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero* 6 (1): 25-47.

18. Lawless, Jennifer L. 2009. "Sexism and Gender Bias in Election 2008: A More Complex Path for Women in Politics." *Politics & Gender* 5 (1): 70. <https://doi.org/10.1017/S1743923X09000051>
19. Mancuso, Wagner Pralon. 2015. "Investimento eleitoral no Brasil: Balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa." *Revista de Sociologia e Política* 23 (54): 155-83. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235409>
20. Mancuso, Wagner Pralon e Dalson Britto Figueiredo Filho. 2014. "Financiamento empresarial nas campanhas para deputado federal no Brasil (2002-2010): Determinantes e consequências." Em 38.º *Encontro Anual da Anpocs*, 21. Caxambu-MG, Brasil: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — Anpocs.
21. Matthews, Donald R. 1962. *The Social Background of Political Decision-Makers*. Nova York: Random House.
22. Norris, Pippa. 2006. "The Impact of Electoral Reform on Women's Representation." *Acta Politica* 41 (2): 197-213. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500151>
23. Norris, Pippa e Mark Franklin. 1997. "Social Representation." *European Journal of Political Research* 32 (2): 185-210.
24. Norris, Pippa e Joni Lovenduski. 1997. "United Kingdom." Em *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, editado por Pippa Norris, 158-86. Cambridge: Cambridge University Press.
25. Pitkin, Hanna F. 1967. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.
26. Sacchet, Teresa e Bruno Speck. 2012a. "Dinheiro e sexo na política brasileira: Financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos." Em *Mulheres nas Eleições de 2010*, editado por José Eustáquio Diniz Alves, Célio Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão, 417-52. São Paulo: ABCP.
27. Sacchet, Teresa e Bruno Speck. 2012b. "Financiamento eleitoral, representação política e gênero: Uma análise das eleições de 2006." *Opinião Pública* 18 (1): 177-97.
28. Samuels, David. 2001. "Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil." *The Journal of Politics* 63 (2): 569-84.
29. Seligman, Lester G. 1964. "Elite Recruitment and Political Development." *The Journal of Politics* 26 (3): 612-26. <https://doi.org/10.2307/2127510>
30. Seligman, Lester G. 1971. *Recruiting Political Elites*. Nova York: General Learning Press.
31. Speck, Bruno Wilhelm e Wagner Pralon Mancuso. 2013. "O que faz a diferença? gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012." *Cadernos Adenauer* XIV (2): 109-26.
32. Speck, Bruno Wilhelm e Wagner Pralon Mancuso. 2014. "A Study on the Impact of Campaign Finance, Political Capital and Gender on Electoral Performance." *Brazilian Political Science Review* 8 (1): 34-57.
33. Thomsen, Danielle M. e Michele L. Swers. 2017. "Which Women Can Run? Gender, Partisanship, and Candidate Donor Networks." *Political Research Quarterly* 70 (2): 449-63. <https://doi.org/10.1177/1065912917698044>
34. Weber, Max. 1994. "The Profession and Vocation of Politics." Em *Weber: Political Writings*, editado por Peter Lassman e Ronald Speirs, 309-69. Cambridge: Cambridge University Press.

Márcio Carlomagno é mestre e doutorando em ciência política pela Universidade Federal do Paraná (Brasil). Atua nas linhas de pesquisa sobre estudos eleitorais e estudos legislativos, com foco em metodologia quantitativa. ✉ mcarlomagno@gmail.com

Adriano Codato é doutor em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (Brasil). Professor associado de ciência política na Universidade Federal do Paraná (Brasil). É editor da *Revista de Sociologia e Política* (www.scielo.br/rsocp), pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e um dos coordenadores do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR. É membro titular da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Espanha e realizou estágio de pós-doutorado no Centre Européen de Sociologie et de Science Politique de la Sorbonne (França) em 2015-2016. Atualmente, dedica-se ao estudo dos processos de recrutamento da classe política brasileira e coordena o Observatory of Social and Political Elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>). ✉ adrianocodato@gmail.com

